

1. (Unicamp) Os números indicam que antes da abolição de 1888 restavam pouco mais de setecentos mil escravos no Brasil. Conforme estimativa do censo de 1872, elaborada pelo IBGE, a população total do país era de 9.930.478 habitantes. Isso indica que grande parte da população de cor (pretos e pardos) já havia adquirido a liberdade por seus próprios meios antes da Lei Áurea.

(Adaptado de Wlamyra Albuquerque, A vala comum da 'raça emancipada': abolição e racialização no Brasil, breve comentário. *História Social*, Campinas, n. 19, p. 99, 2010.)

Com base no excerto e nos conhecimentos sobre a história da liberdade no Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A maioria da população negra já era liberta antes de 1888, porque as províncias escravistas do Sudeste, almejando abrirem-se para a imigração italiana, vinham adotando medidas abolicionistas desde o fim do tráfico, em 1850.
- b) Em termos globais, o grande percentual da população livre de cor reflete o peso demográfico da população liberta concentrada nas províncias pouco dependentes da escravidão, como Santa Catarina e Paraná.
- c) A maioria da população africana e seus descendentes já era livre quando a Lei Áurea foi aprovada, porque vinha obtendo alforrias através de uma multiplicidade de estratégias, desde o período colonial.
- d) O alto número de libertos antes de 1888 reflete o impacto da abolição dos escravos por parte do Imperador D. Pedro II, pois a família real era a maior proprietária de cativos durante o século XIX, na região do Vale do Paraíba.

2. (Upf) Em 1870, Castro Alves, o poeta dos escravos, escreveu *Navio Negreiro*, no contexto da campanha para o fim da escravidão. Leia a seguir um fragmento extraído desse poema e analise as afirmações a seguir, relacionadas ao contexto em que esse texto foi escrito.

*Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...*

I. Milhões de pessoas foram trazidas de diversas partes da África para o Brasil e escravizadas ao longo de mais de três séculos. No entanto, a mão de obra escrava utilizada no Brasil não foi exclusivamente africana.

II. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, mantendo-a por praticamente todo o período Imperial.

III. Em 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, que representou um golpe profundo no sistema escravista, pois proibia a entrada de trabalhadores escravizados vindos da África.

IV. A lei do Ventre Livre, de 1871, deixava totalmente livre os filhos da trabalhadora escravizada, e a pressão inglesa foi fundamental para a promulgação dessa lei.

V. A promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 decretou o fim da escravidão no Brasil, sendo que os escravos não tiveram nenhuma participação no processo de abolição.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) II, III e V.
- b) III, IV e V.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, III e IV.

3. (Ufpr) Em 1888, a princesa Isabel, filha do imperador do Brasil, Pedro 2º, assinou a Lei Áurea, decretando a abolição [...]. A decisão veio após mais de três séculos de escravidão, que resultaram em 4,9 milhões de africanos traficados para o Brasil, sendo que mais de 600 mil morreram no caminho.

(Amanda Rossi e Camilla Costa, postado em 13 de maio de 2018 – BBC Brasil em São Paulo. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091469>. Acesso em 25 de junho de 2019.)

De acordo com o trecho acima, considere as seguintes afirmativas:

1. A chamada “Lei Áurea”, assinada pela princesa Isabel, não pode ser vista como uma concessão da monarquia, sendo resultado de um longo processo de luta e resistência que contou com a presença ativa de escravizados e escravizadas para sua libertação do cativeiro.
2. No período imediato que sucedeu à abolição, os libertos puderam contar com medidas de apoio na forma de distribuição de pequenos lotes de terra, tal como aconteceu nos Estados Unidos após a Guerra Civil, com a chamada “Reconstrução”.
3. Escravizados e escravizadas receberam apoio de muitos setores da sociedade da época ligados ao movimento abolicionista, sendo Luís Gama, filho de escrava e advogado autodidata, um dos personagens mais célebres e atuantes, empenhando-se na libertação de centenas de cativos e cativas.
4. Os segmentos da sociedade adeptos do regime escravista defendiam a “emancipação gradual” e nutriam o profundo receio de que a abolição imediata da escravidão trouxesse desorganização econômica e provocasse o caos social.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

4. (Ufrgs) Observe a tabela abaixo, que apresenta o número de africanos escravizados que desembarcaram no Brasil, após a independência, e considere o texto do historiador Sidney Chalhoub.

Período	Número de africanos escravizados que desembarcaram no Brasil
1826-1830	329.670
1831-1835	101.924
1836-1840	313.784
1841-1845	162.170
1846-1850	324.991
1851-1855	8.292
1856-1860	520

Disponível em:
<<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>.
Acesso em: 10 set. 2018.

Não obstante a proibição legal, e após decréscimo temporário nas entradas de africanos durante a primeira metade da década de 1830, o comércio negreiro, então clandestino, assumiu proporções aterradoras nos anos seguintes, impulsionado pela demanda por trabalhadores para as fazendas de café, useiro e vezeiro no logro aos cruzeiros britânicos, auxiliado pela conivência e corrupção de autoridades públicas e com o apoio de setores diversos da população. [...] Não custa meditar por um momento no que se acaba de anunciar: a riqueza e o poder dos cafeicultores, que se tornaria símbolo maior da prosperidade imperial ao longo do Segundo Reinado, viabilizaram-se ao arrepio da lei, pela aquisição de cativos provenientes de contrabando.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2012. p. 36-37.

Considere as seguintes afirmações sobre os dados e o texto acima.

I. O tráfico transatlântico, durante a maior parte do Império Brasileiro, foi uma prática ilegal, sustentada, entre outras coisas, pelo conluio de elites econômicas com setores da administração monárquica.

II. A flutuação do número de africanos escravizados que desembarcaram no Brasil explica-se apenas pela dinâmica de oferta e procura, sem o impacto de leis e tratados nacionais e internacionais.

III. O número de africanos escravizados teve um imediato decréscimo nos cinco anos seguintes à aprovação da Bill Aberdeen pelo parlamento britânico, que autorizava o aprisionamento de navios negreiros pela Marinha inglesa.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

5. (G1 - cftmg) O termo Abolicionismo diz respeito mais propriamente ao movimento iniciado em 1880, reunindo diversos grupos sociais e tendências políticas. Os abolicionistas fundaram a “Sociedade Brasileira contra a Escravidão” e o seu jornal, que circulou entre 1880 e 1881.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. P.19). (Adaptado).

Sobre esse tema, afirma-se que:

I. Algumas lideranças do movimento abolicionista defendiam publicamente as fugas de escravos e a formação de quilombos.

II. Joaquim Nabuco e André Rebouças destacavam-se dentre as lideranças abolicionistas de tendência política monarquista.

III. O quilombo de Palmares fazia parte de uma rede de resistência ligada à Confederação Abolicionista.

IV. A força política dos abolicionistas no Parlamento foi limitada, tendo sido aprovada a indenização aos proprietários de escravos.

V. Os representantes de várias classes sociais, incluindo os ex-escravos, participavam do movimento abolicionista dos Caifazes em São Paulo.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II, V.
- b) I, II, IV.
- c) II, III, IV.
- d) III, IV, V.

6. (G1 - col. naval) Observe a imagem referente à questão.



(Arquivo Nacional, Rio de Janeiro)

Em 13 de Maio de 1888 foi assinada a lei nº 3353, conhecida como Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. É correto afirmar que entre fatores que contribuíram para o fim da escravidão estava:

- a) a campanha abolicionista que mobilizou profissionais liberais, jornalistas, advogados, intelectuais, entre outros, que atuavam por meio de clubes, associações e jornais defendendo a causa abolicionista.
- b) a decisão da sociedade brasileira de libertar os escravos, trocando a alforria dos cativos em troca da permanência deles na terra por mais alguns anos, tornando a Lei Áurea uma mera formalidade.
- c) os constantes ataques de escravos quilombolas liderados por Chico rei a fazendeiros e políticos brasileiros, pressionando o governo a assinar a abolição da escravatura em troca do fim dos assassinatos.
- d) a Proclamação da República tornou a causa escravagista insustentável devido a participação de escravos da Guerra do Paraguai, levando os militares a assinar a lei que proibia a escravidão.
- e) o processo que gerou a assinatura da Lei Áurea se deu graças a atuação do Imperador D. Pedro II que usou de seu prestígio e influência para convencer a sociedade brasileira da importância de se acabar com a forma cruel de trabalho.

7. (Upf) “Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...
Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras moças, mas nuas e espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!”

(ALVES, Castro. *O Navio Negreiro*. São Paulo: Global, 2016)

Essa é uma parte do poema “O Navio Negreiro”, escrito em 1869 pelo poeta baiano Castro Alves. A lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico negreiro para o Brasil, foi promulgada em 1850. Castro Alves, que apoiava a causa abolicionista, teria escrito esse poema 19 anos depois da referida lei, com o objetivo de

- impedir a revogação da lei que proibiu o tráfico transatlântico de negros africanos, como era o desejo de muitos traficantes que haviam perdido seus lucrativos negócios.
- abolir a escravidão, ao menos na região onde nasceu, a Bahia, que, no século XIX, era a principal região escravista do Brasil.
- persuadir intelectuais que eram seus contemporâneos a aderirem à causa abolicionista, como Joaquim Nabuco, Luís Gama e José do Patrocínio, reconhecidos escravocratas.
- dramatizar em versos o sofrimento dos negros africanos no momento em que tiveram que sair de sua terra em direção ao Brasil, transportados nos porões dos navios negreiros, para contribuir assim com a luta pelo fim da escravidão.
- apenas preservar a memória do sofrimento dos africanos que haviam sido escravizados, pois, em 1869, o Brasil já havia abolido a escravidão, sendo o último país do continente americano a acabar com a vergonhosa prática.

8. (G1 - cftmg) Fui ver pretos na cidade
Que quisessem se alugar
Falei com esta humildade
Negros querem trabalhar
Olharam-me de ¹soslaio
E um deles, feio, cambaio
Respondeu-me arfando o peito:
Negro, não há mais não
Nós tudo hoje é cidadão
O branco que vá pro ²eito.

O monitor Campista, 28 mar. 1888. Apud. MATTOS, Hebe Maria. A face negra da abolição. *Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, p. 18, maio de 2005.

Vocabulário de apoio:

¹soslaio: olhar oblíquo, com desconfiança
²eito: trabalho na roça

O poema acima, escrito às vésperas da abolição definitiva da escravidão, ressalta a imprecisão do uso dos termos “pretos” e “negros” como sinônimos de “escravos”, pois a maioria da população não branca já era livre. Esse contexto revela a

- decisiva ação do governo no incentivo à imigração europeia porque a escravidão não era mais aceita.
- consciente atuação dos próprios escravos, pela multiplicação das fugas e resistências ao domínio senhorial.
- limitada participação dos escravos nos movimentos abolicionistas, por não se considerarem mais obrigados a trabalhar.
- irreversível desagregação do regime escravista, pois o governo imperial e os próprios fazendeiros concordavam com a abolição.

9. (Uece) O processo que conduziu à abolição da escravidão no Brasil e que contou com a atuação de nomes como José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Luís Gama, Castro Alves, Rui Barbosa e muitos outros intelectuais teve seu desenlace com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888; contudo, conforme o excerto a seguir, muitos veem esse processo como inacabado. “Conservadora e curta, com pouco mais de duas linhas, a Lei nº 3.353, a chamada Lei Áurea, decretou, no dia 13 de maio de 1888, o fim legal da escravidão no Brasil. Mas se a escravidão teve seu fim do ponto de vista formal e legal há 130 anos, a dimensão social e política está inacabada até os dias atuais. Essa é a principal crítica de estudiosos e militantes dos movimentos negros à celebração do 13 de maio como o dia do fim da escravatura”.

GONÇALVES, Juliana. 130 anos de abolição inacabada. *Brasil de fato*. Acessível em: [https://www.brasilefato.com.br/2018/05/13/130-anosde-uma-abolicao-inacabada/acesso em 05/07/2018](https://www.brasilefato.com.br/2018/05/13/130-anosde-uma-abolicao-inacabada/acesso%20em%2005/07/2018).

Em relação ao fim da escravidão no Brasil, na perspectiva do trecho acima, pode-se afirmar corretamente que

- apressou a queda do já combalido sistema monárquico e sua substituição por uma república em 15 de novembro de 1889, mas não criou condições necessárias para a plena integração dos libertos na sociedade brasileira.
- atrasou o estabelecimento de um governo republicano que inserisse a população afrodescendente na sociedade brasileira com igualdades de condições aos demais grupos, o que só correu no Estado Novo em 1937.
- por ter sido muito tardio, proporcionou condições para uma adequada inserção da população de ex-escravos na sociedade brasileira na condição de proprietária das terras a ela destinadas pelo governo.
- ocorreu exclusivamente pelo interesse da monarquia em angariar o apoio do movimento abolicionista, que era muito popular junto à população, e em se opor aos seus rivais tradicionais, os latifundiários e os militares.

10. (Uffj-pism 2) Observe os documentos abaixo:

Documento 1

O fotógrafo português Cristiano Junior retratou os tipos de trabalhadores característicos das ruas da Corte do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX.



Diversos tipos de trabalhadores das ruas. Fotógrafo Cristiano Junior, Museu Histórico Nacional.

Fonte: <https://goo.gl/DyyNWp>

Documento 2

Em 18 de janeiro de 1858, a Câmara Municipal de Três Pontas enviava o seguinte ofício ao Presidente da Província de Minas Gerais: "A falta de braços ocasionada pela morte dos escravos tem também influído consideravelmente para a diminuição da produção porque o agricultor não acha meios de os substituir em razão de o pequeno número de trabalhadores livres que existe neste município achar um salário maior do que aquele que razoavelmente se pode pagar para cultivar a terra, na condução de gado, porcos e tropas para o mercado da Corte (...)"

Adaptado de: Martins, Marcos Lobato. O debate sobre trabalho escravo, abolicionismo e trabalho livre no Sul de Minas (décadas de 1870-1880), *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 208-235, dez. 2012, p. 215.

Utilizando as informações presentes nos documentos acima, e seus conhecimentos sobre a sociedade e o mundo do trabalho no Brasil do Segundo Reinado, assinale a alternativa **CORRETA**:

- Os melhores salários eram pagos para os que atuavam no trabalho agrícola, sendo grande a migração das cidades para as áreas rurais.
- Na maioria das cidades brasileiras do século XIX conviviam trabalhadores livres e escravos, que podiam exercer atividades distintas.
- As mulheres negras, escravas ou não, eram proibidas de exercer ofícios fora das casas.
- A mão de obra assalariada só pode ser adotada no Brasil após a abolição da escravidão.
- O trabalho de crianças, fossem elas livres ou escravas, era proibido por lei e regulamentado pelo Estado.

11. (Ucpel) Analisando o conjunto de Leis abolicionistas no Brasil Império (Lei Eusébio de Queiros, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário), é correto afirmar que

- a) as normas estabelecidas pelas leis abolicionistas enfrentaram resistência junto a elite política e econômica do país, pois não visavam indenizar os proprietários que eram obrigados a libertar seus escravos.
- b) as referidas leis resultaram de pressões externas e internas que contribuíram para acelerar o processo abolicionista, tornando o país pioneiro no combate ao escravismo e contribuindo para a redução das diferenças sociais.
- c) as medidas tomadas pelo Império visavam adaptar gradativamente o trabalhador egresso do escravismo, não apenas ao sistema capitalista de produção, como, também, à sociedade de homens e mulheres livres.
- d) as leis representam a mentalidade da elite do II Reinado, que acreditavam no fim natural da escravidão na medida que se proibiu a importação de escravos e os nascidos no país após a lei de 1871 seriam livres.
- e) as discussões acerca da adaptação do país à mão de obra livre levou a intensos debates e enfrentamentos entre os dois partidos que sustentavam a monarquia, aprofundando ainda mais suas diferenças ideológicas.

12. (Uemg) “As consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. Do ponto de vista da formação do cidadão, a escravidão afetou tanto o escravo quanto o senhor. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e à arrogância de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.”

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 53.

No século XIX, o combate à escravidão no Brasil relacionou-se à

- a) adesão dos proprietários rurais à plena concretização dos direitos humanos.
- b) elaboração da Constituição por pessoas comprometidas com a justiça social.
- c) criação de leis emancipacionistas para a manutenção da Guerra do Paraguai.
- d) mobilização de diferentes grupos sociais em torno da campanha abolicionista.

13. (Uece) O Brasil foi o último país da América a acabar, oficialmente, com a escravidão em seu território. Apesar do pioneirismo das províncias do Ceará e do Amazonas, que aboliram a escravidão em 1884, o processo que levou até a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, teve início com a Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Atente ao que diz o Professor Antonio Torres Montenegro a esse respeito: “Com o passar dos anos, vai-se tornando evidente que a extinção do tráfico de escravos, por si, não é suficiente para garantir um fim próximo para a escravidão. Existia, agora, o comércio de escravos entre as províncias, que começava a gerar outros problemas. Isso porque as províncias do Norte e Nordeste passaram a vender grandes quantidades de escravos para o Sul e Sudeste. [...] O Norte e o Nordeste passam, então, a adotar, crescentemente, o trabalho livre, tornando-se aos poucos, mais flexíveis em relação a um prazo imediato para o fim da escravidão do que o Sul, que tinha acabado de realizar um grande investimento na compra de escravos”.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Reinventando a liberdade: A abolição da escravatura no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Atual, 1989, p. 9-10.

De acordo com o texto acima, pode-se concluir acertadamente que

- a) a partir da edição da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, garantiu-se o fim do comércio de escravos no país.
- b) o comércio interprovincial de escravos favoreceu a que as províncias do Ceará e do Amazonas abolissem a escravidão ainda em 1884, cerca de 4 anos antes da assinatura da Lei Áurea.
- c) no Sul e Sudeste, em virtude da compra de escravos das províncias do Norte e Nordeste, surgiu um movimento de apoio à abolição por parte dos grandes latifundiários cafeicultores.
- d) o fim da escravidão no Brasil foi um processo demorado porque apenas questões étnicas impediam a realização da abolição.

14. (Famerp) Ao mesmo tempo em que se exaltava a libertação dos escravos, temia-se por uma revolução fatal ao país, afirmando-se a necessidade de uma abolição lenta e gradual. Não havia um maior entrosamento entre os rebeldes negros e os abolicionistas, sendo que a própria propaganda abolicionista não se dirigia aos escravos, que tendiam a ser considerados bárbaros, incapazes de exercer ações políticas.

Lilia Moritz Schwarcz. *Retrato em branco e negro*, 1987.
Adaptado.

O texto, que se refere ao Brasil da segunda metade do século XIX, trata

- do apoio inglês à abolição da escravidão, para ampliar o mercado consumidor brasileiro de produtos industrializados.
- da divergência entre os setores cafeicultores do Vale do Paraíba e os do Rio de Janeiro quanto ao emprego da mão de obra escrava.
- do esforço dos setores liberais na defesa do fim da escravidão e de todos os preconceitos raciais.
- da popularidade do movimento abolicionista, que contava com franco apoio das classes médias urbanas.
- da moderação de parte do movimento abolicionista, que também manifestava preconceitos raciais.

TEXTO PARA A PRÓXIMA QUESTÃO:

“A unidade básica de resistência no sistema escravista, seu aspecto típico, foram as fugas. (...) Fugas individuais ocorrem em reação a maus tratos físicos ou morais, concretizados ou prometidos, por senhores ou prepostos mais violentos. Mas outras arbitrariedades, além da chibata, precisam ser computadas. Muitas fugas tinham por objetivo refazer laços afetivos rompidos pela venda de pais, esposas e filhos. (...) No Brasil, a condenação [da escravidão] só ganharia força na segunda metade do século, quando o país independente, fortemente penetrado por ideias e práticas liberais, se integra ao mercado internacional capitalista. (...) “Tirar cipó” – isto é, fugir para o mato – continuou durante muito tempo como sinônimo de evadir-se, como aparece no romance *A carne*, de Júlio Ribeiro. Mas as fugas, como tendência, não se dirigem mais simplesmente para fora, como antes; se voltam para dentro, isto é, para o interior da própria sociedade escravista, onde encontram, finalmente, a dimensão política de luta pela transformação do sistema. “O não quero dos cativos”, nesse momento, desempenha papel decisivo na liquidação do sistema, conforme analisou o abolicionista Rui Barbosa”.

REIS, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 62-66-71.

15. (Udesc) Analise as proposições em relação à escravidão e à abolição no Brasil.

- O Brasil foi o último país independente do continente americano a abolir a escravidão, mantendo-a por praticamente todo o período imperial.
- Milhões de pessoas foram trazidas de diferentes regiões africanas para o Brasil e escravizadas ao longo de mais de três séculos. Contudo, a mão de obra escrava, no Brasil, não foi exclusivamente africana.
- A lei Eusébio de Queiróz, em 1850, cessou a compra e a venda de escravos no Brasil, e a pressão inglesa foi significativa para a promulgação desta lei.
- O fim da escravidão, no Brasil, se deu com a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, não tendo os escravos participado do processo de abolição.
- Após a abolição, o estado brasileiro não ofereceu condições adequadas para que os ex-escravos se integrassem no mercado de trabalho assalariado, tendo a imigração europeia sido justificada, inclusive por teorias raciais.

Assinale a alternativa **correta**.

- Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- Somente as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
- Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.

16. (Fac. Albert Einstein - Medici) “Na sua condição de propriedade, o escravo é uma coisa, um bem objetivo. (...) Daí ter sido usual a prática de marcar o escravo com ferro em brasa como se ferra o gado. Os negros eram marcados já na África, antes do embarque, e o mesmo se fazia no Brasil, até no final da escravidão. (...) Seu comportamento e sua consciência teriam de transcender a condição de coisa possuída no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. E transcendiam, antes de tudo, pelo ato criminoso. O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra o senhor à fuga do cativo. Em contrapartida, ao reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravista os reconhecia como homens: além de incluí-los no direito das coisas, submetia-os à legislação penal.”

Jacob Gorender. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1992, p. 62-63.

O texto indica

- a) a ambiguidade no reconhecimento, pela sociedade colonial e imperial brasileira, da condição dos africanos escravizados, que se manifestava sobretudo diante de algumas formas de resistência à exploração.
- b) a precocidade da legislação brasileira contra crimes hediondos e contra o desrespeito, pelos africanos escravizados, às obrigações e deveres de todo trabalhador rural.
- c) o reconhecimento, pelos governantes brasileiros na colônia e no império, da necessidade de mediar e controlar as relações dos proprietários rurais com o amplo contingente de africanos escravizados.
- d) o descumprimento, pelos senhores de escravos no Brasil colonial e imperial, das leis que regulavam o trabalho compulsório e que impediam a aplicação da pena de morte aos africanos escravizados.

17. (G1 - ifsul) A partir da segunda metade do século XIX, vários intelectuais, escritores, jornalistas e políticos discutiam a relação existente entre a utilização da mão de obra escrava e a questão do desenvolvimento nacional. Enquanto as nações europeias se industrializavam e buscavam formas de ampliar a exploração da mão de obra assalariada, o Brasil se afastava desses modelos de civilidade ao preservar a escravidão como prática rotineira.

Disponível em: <http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>. Acesso em 21 set. 2015.

A campanha abolicionista ganhou força nacional, mas ainda encontrava alguns obstáculos, tais como:

- a) a falta de apoio de alguns setores sociais, como o intelectual e o artístico.
- b) a noção de escravo como um bem, o que exigia a indenização para os proprietários de escravos.
- c) a reação do proletariado urbano, pelo temor da concorrência da mão de obra escrava.
- d) o apoio dos senhores de engenho para a abolição, principalmente do setor açucareiro, devido à mecanização da agricultura nordestina.

18. (Fgv) O excerto a seguir faz parte do parecer de uma comissão da Câmara dos Deputados sobre a lei de 1871, que discutia a escravidão no Brasil.

“Sem educação nem instrução, embebe-se nos vícios mais próprios do homem não civilizado. Convivendo com gente de raça superior, inocula nela os seus maus hábitos. Sem jus ao produto do trabalho, busca no roubo os meios de satisfação dos apetites. Sem laços de família, procede como inimigo ou estranho à sociedade, que o repele. Vaga Vênus arroja aos maiores excessos aquele ardente sangue líbico; e o concubinato em larga escala é tolerado, quando não animado, faltando-se assim aos jovens de ambos os sexos, para espetáculo doméstico, o mais torpe dos exemplos. Finalmente, com as degradantes cenas da servidão, não pode a mais ilustrada das sociedades deixar de corromper-se.”

(*apud* Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. 2003)

No trecho, há um argumento

- a) político, que reconhece a importância da emancipação dos escravos, ainda que de forma paulatina, para a construção de novos elementos de cidadania social, condição mínima para o país abandonar a violência cotidiana e sistemática contra a maioria da população.
- b) social, que assinala a inconsistência da defesa do fim da escravidão no país, em razão da incapacidade dos homens escravizados de participar das estruturas hierárquicas e culturais, estabelecidas ao longo dos séculos, durante os quais prevaleceu o trabalho compulsório.
- c) econômico, que distingue os cidadãos ativos dos passivos, estes considerados um estorvo para as atividades produtivas, fossem na agricultura ou na procura de metais preciosos, por causa da desmotivação para o trabalho, elemento central para explicar a estagnação econômica do país.
- d) cultural, que se consubstancia na impossibilidade da convivência entre homens livres e homens libertos e tenderia a produzir efeitos sociais devastadores, como tensões raciais violentas e permanentes, a exemplo do que já ocorria no sul dos Estados Unidos.
- e) moral, que aponta para os malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos e que esses malefícios terminam por contaminar toda a sociedade, mostrando, em síntese, que os brancos eram muito prejudicados pela ordem escravocrata.

19. (Udesc) A Lei do Ventre Livre foi uma lei abolicionista, promulgada, no Brasil, em 28 de setembro de 1871.

Sobre a Lei do Ventre Livre, assinale a alternativa **correta**.

- a) Foi promulgada pelo Imperador Pedro II e concedia liberdade a todas as crianças e às respectivas mães que viviam sob a escravidão no território brasileiro.
- b) Essa lei encontrou forte resistência entre os senhores, visto que não previa indenização pelo fim da escravidão das crianças nascidas a partir da publicação da lei.
- c) Instituiu a liberdade de todas as crianças nascidas a partir da publicação da lei, mas deixava a possibilidade dessas crianças permanecerem sob “os cuidados” do antigo proprietário até a idade de 21 anos.
- d) Como a lei libertava a criança, mas não libertava os pais, assim que nasciam essas crianças eram retiradas do convívio com os pais escravizados e eram destinadas a um abrigo mantido pelo Estado.
- e) De acordo com a lei, os senhores tinham a opção de manter as crianças libertas junto aos pais escravizados até a maioridade, mas os senhores não podiam usufruir da mão de obra delas.

20. (G1 - ifsc) Em 1850, por meio da Lei Eusébio de Queiroz, o tráfico de escravos para o Brasil foi proibido definitivamente. Sobre a importação de escravos e sua proibição, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A Lei Eusébio de Queiroz foi uma resposta à pressão estrangeira, principalmente exercida pela França sobre o Brasil, após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- b) O fim do tráfico de escravos baseou-se em mais uma lei sem aplicação no Brasil, pois quando ela foi promulgada, já não existia mais escravidão no país.
- c) O fim do tráfico foi resultado dos crescentes movimentos armados empreendidos pelos escravos brasileiros.
- d) A proibição do tráfico de escravos para o Brasil não surtiu efeito, pois o trabalho realizado por eles já não era economicamente relevante.
- e) A Lei Eusébio de Queiroz levou ao aumento do comércio interno e do preço dos escravos entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

21. (Fatec) Observe com atenção a notícia em destaque no jornal *Gazeta de Notícias*.



Assinale a alternativa que identifica corretamente a lei a que o jornal se refere e sua relação com o processo de extinção da escravidão no Brasil.

- a) Lei Eusébio de Queiroz: endurecia a fiscalização das leis que proibiam a escravidão desde os primeiros séculos da presença portuguesa na América.
- b) Lei Eusébio de Queiroz: promulgada após a abolição, visava garantir direitos e condições de reinserção da população liberta na sociedade e na economia brasileiras.
- c) Lei Áurea: foi promulgada após a proclamação da República, quando toda a legislação imperial foi revogada e a questão da escravidão passou por nova regulamentação.
- d) Lei Áurea: instituiu uma série de dispositivos legais e foi adotada anos antes da abolição para garantir que, uma vez liberta, a população negra estivesse preparada para o mercado de trabalho.
- e) Lei Áurea: representou o último passo para a abolição da escravidão, que já vinha ocorrendo gradualmente com a adoção de leis como a Eusébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre e Lei do Sexagenário.

22. (Fgv) Durante muito tempo, o fim da escravidão no Brasil foi visto como uma concessão generosa da princesa Izabel, em 1888. Atualmente, os historiadores reconhecem o papel das lutas dos escravos pela liberdade, bem como dos diversos movimentos abolicionistas brasileiros. Foram líderes abolicionistas negros:

- a) o advogado Joaquim Nabuco, o médico Nina Rodrigues e o engenheiro André Rebouças.
- b) o fazendeiro Nicolau de Campos Vergueiro, o engenheiro Francisco Pereira Passos e o jornalista José do Patrocínio.
- c) o médico Nina Rodrigues, o fazendeiro Nicolau de Campos Vergueiro e o advogado Luís Gama.
- d) o engenheiro Francisco Pereira Passos, o advogado Rui Barbosa e o médico Nina Rodrigues.
- e) o advogado Luís Gama, o engenheiro André Rebouças e o jornalista José do Patrocínio.

23. (Uepa) O interesse de fazendeiros e da coroa imperial pela imigração europeia para o Brasil, na segunda metade do século XIX, estimulou novo fluxo de mão de obra no país, no contexto de declínio e extinção da escravidão. A introdução dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro no período indicado:

- a) ocorreu dentro dos parâmetros de exploração do trabalho antes imposto aos negros escravizados no campo e na cidade.
- b) promoveu o nascente mercado de trabalho livre e assalariado, caracterizado pela exclusão das populações negras antes vinculadas à escravidão.
- c) realizou-se especialmente nas províncias setentrionais do país, marcadamente desfalcadas de mão de obra após a abolição da escravidão.
- d) acirrou as disputas por vagas no mercado de trabalho entre negros e brancos, o que dificultou a inserção de trabalhadores de origem europeia.
- e) demonstrou a ineficácia da introdução de mão de obra europeia no país, dada a abundância de trabalhadores negros e mestiços.

24. (Unisc) A desigualdade social que permeia a sociedade brasileira está umbilicalmente vinculada à escravidão que foi a base do sistema escravista. O tráfico negreiro no Brasil perdurou do século XVI ao XIX. Além de receber o maior contingente de africanos escravizados (cerca de 40% do total), o país foi a última nação americana a abolir a escravidão. Oficialmente, a extinção do tráfico negreiro ocorreu através da

- Lei do Ventre Livre.
- Lei dos Sexagenários.
- Lei Eusébio de Queirós.
- Lei Nabuco de Araújo.
- Lei Bill Aberdeen.

25. (Cefet MG) “O ano de 1850 foi um marco divisor de águas, devido à promulgação da lei Eusébio de Queiroz. Embora, após a extinção oficial do tráfico, tenham sido registrados alguns desembarques clandestinos de africanos, estes foram em pequeno número e, dez anos após a promulgação da referida lei, o Brasil havia definitivamente deixado de ser um país importador de escravos.”

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010. p. 183. (Adaptado)

A lei de 1850 representou um marco importante no processo de abolição da escravidão no país. Essa medida teve como impacto o(a)

- declínio da produção cafeeira.
- crescimento do número de alforrias.
- distribuição de terras para os libertos.
- intensificação do tráfico interprovincial.
- adoção de uma política de reprodução de cativos.

Gabarito:

Resposta da questão 1:

[C]

Desde os tempos coloniais, a concessão espontânea de alforrias por parte dos senhores e a compra de alforrias através de acumulação de recursos próprios pelos escravos de ganho já constituíam possibilidades de liberdade aos cativos. Durante o Segundo Reinado, leis como a Eusébio de Queiroz, a do Ventre Livre e a dos Sexagenários ajudaram a aumentar o número de libertos.

Resposta da questão 2:

[C]

A questão aponta para a campanha abolicionista e o fim da escravidão no Brasil ocorrido no Segundo Reinado, 1840-1889. A Lei do Ventre Livre de 1871 não surtiu efeito prático uma vez que as crianças permaneceram na fazenda até os 21 anos de idade. A elite brasileira procurou ocultar a participação dos negros na abolição da escravidão, a Lei Áurea de 1888 surgia como um presente do homem branco e rico para os negros. Na verdade, foi extremamente importante a participação de negros e negras na campanha abolicionista.

Resposta da questão 3:

[D]

A abolição da escravidão no Brasil foi um processo gradual que ocorreu ao longo do século XIX (praticamente). A Lei Áurea de 1888 foi produto de uma longa resistência contra o regime escravocrata, portanto não deve ser concebida como um presente da monarquia para os negros. Após a aprovação da mesma, a elite dominante não criou condições para inserir os negros na sociedade brasileira, permaneceram à margem da sociedade.

Resposta da questão 4:

[A]

A afirmativa [II] está **incorreta** porque leis e tratados que versavam sobre a legalização ou a proibição do Tráfico Intercontinental interferiam de maneira direta no modo como o escravo seria comprado e vendido e na quantidade de escravos que circulava entre os continentes. Podemos citar a Lei Eusébio de Queiroz (1850) como exemplo;

A afirmativa [III] está **incorreta** porque a lei citada foi promulgada em 1845 e, como vemos pela

tabela, nos cinco anos seguintes o Tráfico passou por um crescimento.

Resposta da questão 5:

[A]

Correção a partir das incorretas, [III] e [IV]. O quilombo dos Palmares surgiu no final do século XVII e não no contexto abolicionista. A Lei Áurea aprovada em 13 de Maio de 1888 não indenizou os proprietários de escravos, que, por sua vez, abandonaram a monarquia.

Resposta da questão 6:

[A]

A Guerra do Paraguai, 1865-1870, foi um divisor de águas no Segundo Reinado. Com o fim do conflito, a monarquia foi muito questionada por diversos segmentos sociais que defendiam a modernização do Brasil, entre eles, o exército que adotou ideias Positivistas contribuindo para a proclamação da República; o Partido Republicano Paulista defensor do Federalismo e contra a monarquia; a campanha republicana que tinha como bandeira principal abolir a monarquia; a campanha abolicionista ligada a classe média (profissionais liberais, intelectuais, artistas, etc.) que defendia o fim da escravidão no Brasil.

Resposta da questão 7:

[D]

O poema acima retratado versa sobre os horrores aos quais eram submetidos os negros africanos trazidos para o Brasil nos navios negreiros durante a vigência da escravidão negra comercial, iniciada no século XV. Através dele, Castro Alves pretendia encorpar a luta pela abolição da escravatura no Brasil.

Resposta da questão 8:

[B]

Somente a alternativa [B] está correta. Embora o texto seja um pouco anterior a abolição da escravidão no Brasil realizada oficialmente no dia 13 de maio de 1888, a maioria da população negra já não era mais escrava. No Nordeste praticamente inexistia trabalho escravo devido à crise econômica, os proprietários de escravos do Nordeste venderam seus escravos para o Sudeste para trabalhar nas lavouras de café. No Oeste Paulista, a burguesia cafeeira paulista estava optando pelo trabalho livre do imigrante. Somente no Rio de Janeiro ainda existia uma elite tradicional que ainda se ancorava no trabalho escravo.

Resposta da questão 9:

[A]

Em 2018 completaram 130 anos da Lei Áurea, 1888, que aboliu a escravidão no Brasil. No entanto, a elite branca racista e preconceituosa, não criou condições para a inserção dos negros na sociedade brasileira, permaneceram vivendo a margem o que explica a difícil condição que ainda vivem, vítimas de violência e racismo e preconceito mesmo representando praticamente a metade da população brasileira.

Resposta da questão 10:

[B]

A sociedade e a economia brasileira passaram por transformações ao longo do Segundo Reinado, 1840-1889. No campo da economia, o café gerou a modernização através, principalmente, das ferrovias e indústrias. No âmbito social, ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado com a chegada dos imigrantes europeus.

Resposta da questão 11:

[D]

As leis abolicionistas seguiram um caminho natural a partir do momento que a Lei Eusébio de Queiroz, sancionada em 1850, prejudicou a obtenção da mão de obra escrava no Brasil. A falta de braços e a pressão do movimento abolicionista fizeram com que o governo optasse por um fim gradual da escravidão, o que levou à criação das leis citadas no enunciado.

Resposta da questão 12:

[D]

A campanha abolicionista ganhou força no Brasil durante o Segundo Reinado, amparada, principalmente, na pressão da Inglaterra e na ascensão de partidos liberais e republicanos no país.

Resposta da questão 13:

[B]

A opinião do professor deixa transparecer que, uma vez que as províncias do Norte e do Nordeste passaram a vender grandes quantidades de escravos para o Sudeste, elas foram obrigadas a adotar o trabalho livre e, por isso, tornaram-se mais maleáveis quanto à possibilidade da abolição.

Resposta da questão 14:

[E]

O excerto da pensadora Lilia Moritz Schwarcz aponta para algumas ambiguidades do movimento abolicionista que embora defendesse a libertação dos negros do cativeiro tinha medo que os negros liderassem uma revolução no país, daí a defesa de uma abolição lenta e gradual.

Resposta da questão 15:

[B]

[III] **Falsa:** a Lei Eusébio de Queiróz proibia o tráfico intercontinental de escravos, mas não proibia a venda de escravos dentro do Império; [IV] **Falsa:** a movimentação escrava também contribuiu para que o movimento abolicionista ganhasse corpo no Brasil.

Resposta da questão 16:

[A]

O texto analisa uma contradição escravista brasileira: o escravo, tratado como propriedade material, ou seja, como objeto, quando se rebelava através de formas de resistência, como o ataque a um senhor ou a fuga, era julgado e punido de acordo com a legislação penal, como se humano fosse.

Resposta da questão 17:

[B]

A questão aponta para um grande debate que se estabeleceu no Brasil ao longo do século XIX. A discussão era sobre a utilização da mão de obra escrava e o desenvolvimento econômico nacional. Muitos intelectuais e políticos criticavam a escravidão associando-a ao atraso, porém entendiam a relevância da escravidão para a economia do Brasil. O escravo era um bem, uma propriedade, acabar com a escravidão poderia exigir indenização.

Resposta da questão 18:

[E]

Somente a proposição [E] está em consonância com o excerto elaborado por uma Comissão da Câmara dos Deputados sobre a Lei de 1871, a lei do Ventre Livre. No documento há um argumento moral que faz referência aos malefícios que a experiência da escravidão provoca nos próprios escravos contaminando toda a sociedade, inclusive os brancos eram prejudicados.

**Resposta da questão 19:**

[C]

A Lei do Ventre Livre previa que toda criança nascida a partir da data da promulgação da Lei seria considerada livre. Mas previa, também, que o senhor da mãe da criança poderia manter a mesma sob sua guarda até ela completar 21 anos.

Resposta da questão 20:

[E]

A questão remete à lei Eusébio de Queiroz aprovada no Brasil em 1850. Esta lei proibiu o tráfico de escravos para o Brasil. Devido ao café, havia uma grande demanda por mão de obra, assim, ocorreu um comércio interprovincial de escravos e, ao mesmo tempo, aumentou o preço cobrado pelo escravo. Neste contexto, intensificou a imigração para o Brasil.

Resposta da questão 21:

[E]

A questão remete à Lei Áurea aprovada no dia 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, a redentora. Na verdade, a escravidão foi, gradativamente, reduzindo através de leis que foram aprovadas anteriormente como a Lei Eusébio de Queirós de 1850 que aboliu o tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre de 1871 que concedeu liberdade para as crianças nascidas a partir desta data e a lei do sexagenário de 1885 que libertava os escravos com mais de 65 anos.

Resposta da questão 22:

[E]

A luta abolicionista no Brasil contou com a participação de diversas pessoas e o movimento abolicionista teve diversas frentes. Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio foram negros ou mulatos que, tendo papel de destaque na sociedade (advogado, engenheiro e jornalista, respectivamente), lutaram pelo fim da escravidão.

Resposta da questão 23:

[B]

A questão remete ao processo de imigração europeia para o Brasil durante o Segundo Reinado, 1840-1889. Ancorados em ideias racistas importadas da Europa, a elite agrária brasileira preferiu imigrantes europeus para substituir os negros. Desta forma, contribuiu para o surgimento de um mercado interno de trabalho livre e assalariado, caracterizado pelas pessoas negras que antes eram escravas.

Resposta da questão 24:

[C]

A questão remete a Lei Eusébio de Queirós aprovada no Brasil em 1850. Esta importante lei aboliu o tráfico de escravo no Atlântico reduzindo drasticamente o número de escravos no Brasil. No dia 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, foi abolida a escravidão no Brasil. As leis abolicionistas aprovadas no Brasil no contexto do Segundo Reinado, 1840-1889, estavam vinculadas as transformações econômicas ligadas ao café e a Revolução Industrial.

Resposta da questão 25:

[D]

O fim do tráfico intercontinental obrigou os senhores de escravo brasileiros a promover o chamado *tráfico interprovincial*: compra e venda de escravos de uma província para a outra, em especial do Nordeste para o Sudeste.